

OS DOIS CONFLITOS MUNDIAIS COMO ILUSTRAÇÃO DA AUSÊNCIA DE ANARQUIA INTERNACIONAL

António Horta Fernandes

ahf@fcsb.unl.pt

Docente do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Investigador do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM/FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. Estrategista da Escola Estratégica Portuguesa.

Resumo

A Grande Guerra, as décadas conturbadas que se lhe seguem, nomeadamente a década de trinta do século XX, culminando na Segunda Guerra Mundial, e, posteriormente, a Guerra Fria, a seu modo, são momentos históricos privilegiados para se comprovar da impossibilidade de sustentar uma das imagens mais famosas das Relações Internacionais, a de anarquia internacional. A ideia de um estado de guerra ontologicamente permanente, que não fenomenologicamente, é incompatível com um mundo pejado de soberanias. Ora, estas soberanias nunca perderam o controlo político-estratégico das guerras, nem mesmo no caso dos principais conflitos do século XX. Todos esses conflitos foram estrategicamente mediados e nunca deram lugar ao reinado da guerra absoluta.

Palavras chave:

Anarquia; Guerra, Estratégia; Soberania

Como citar este artigo

Fernandes, António Horta (2015). "Os dois conflitos mundiais como ilustração da ausência de anarquia internacional". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 6, N.º 1, Maio-Outubro 2015. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol6_n1_art2

Artigo recebido em 18 de Julho de 2014 e aceite para publicação em 16 de Abril de 2015



OS DOIS CONFLITOS MUNDIAIS COMO ILUSTRAÇÃO DA AUSÊNCIA DE ANARQUIA INTERNACIONAL

António Horta Fernandes

A Grande Guerra, as décadas conturbadas que se lhe seguem, nomeadamente a década de trinta do século XX, culminando na Segunda Guerra Mundial, e posteriormente a Guerra Fria, a seu modo, são momentos históricos privilegiados para se comprovar a impossibilidade de sustentar uma das imagens mais famosas das Relações Internacionais. Referimo-nos à ideia de anarquia internacional.

Naturalmente é mister colocar de antemão os termos da questão. Obviamente que não nos iremos debruçar aqui, num espaço tão curto, sobre todas as *nuances* acerca dos conceitos de guerra e de anarquia internacional, nem escorar ponto a ponto as justificações para a apresentação definitiva dos conceitos que fazemos. As respectivas definições servem apenas para moldar o discurso, para que o leitor saiba do que estamos a falar quando argumentamos em torno da guerra e da anarquia internacional.

1. Guerra e Soberania: a normalização soberana da guerra e a guerra absoluta

Assim, abrindo com o conceito de guerra, o mesmo pode ser definido como “violência (enquanto luta, duelo em escala) entre grupos políticos (ou grupos com objectivos político-sacrais), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim nos limites (de preferência exteriores) da política (ou fins políticos em grande parte, mas não na totalidade, a partir da modernidade), dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos”¹.

Naturalmente que aqui os parênteses são fundamentais, pois a internalização *de jure* da guerra na acção política, na constituição do próprio ser da política, é algo que se vai firmando apenas na Idade Moderna, e paulatinamente, por intermédio de uma força todo-poderosa que irá adquirir meios para isso, a saber: a soberania. Deve-se ao soberano, esse poder absoluto, perpétuo e indivisível, definido pela excepção, pela faculdade de proclamar o estado de excepção, a normalização da guerra.

¹ Para quem está familiarizado com os meios da estratégia, terá verificado que a presente definição é inspirada naquela outra de Abel Cabral Couto. A definição do estrategista português foi originalmente publicada por este em (Couto, 1989: 148), que a apresenta da seguinte forma: “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos”.



Entendendo-se por normalização da guerra a dessacralização, a secularização operada pelo soberano nessa força até aí mitificada, sacralizada de forma distópica e posta fora do comércio normal dos homens. Aquilo que o soberano faz é concatenar os mundos da paz e da guerra apartados até à modernidade, encaixar ordem e desordem uma na outra num novo estado, que exprime a possibilidade, a eventualidade ontológica e fenomenológica da guerra permanente, porque doravante a guerra é considerada como acção política ordinária. Um estado que, à falta de melhor designação, se poderia denominar um estado de paz mediante condicionalidades soberanas.

Como está bom de ver, é essencial ao soberano, ou se quisermos concretizar, aos vários soberanos da cena internacional, uma quota-parte de controlo última de que não podem abdicar, porquanto alguém só se pode ser suserano daquilo que não se lhe escapa. É que o estado de excepção não é o caos que precede a ordem ou sucede ao seu fim, mas aquele onde a ordem vigora sob a forma (peculiar) de suspensão dos comandos legais propriamente ditos, onde a informulabilidade da lei, e a dificuldade em saber se estamos a observar ou a transgredir, a norma é máxima; um estado em que se está completamente dependente da discricionariedade do soberano, ou dos mecanismos soberano-governamentais, que não da sua arbitrariedade, em sentido próprio, já que isso remeteria para o anárquico, na qualidade de puro desordenado².

Acontece que se a guerra é, em parte, um estado de excepção, em que se pode matar sem que tal seja considerado homicídio, é igualmente uma excepção que excede esse mesmo estado de excepção, por assim dizer. Não podemos esquecer que o valor de utilidade marginal, aquele núcleo que estabelece o "preço", o sentido ou *des-sentido* último da guerra enquanto fenómeno com consistência interna, autónoma, quer dizer, com a sua própria gramática, é aquilo que Clausewitz designou por guerra absoluta. Isto é, o cerne irredento da guerra, a caótica abissal, o cilindro estanque da pura violência, o núcleo mais íntimo do conflito bélico, que embora não perfazendo todas as manifestações de guerra, está presente e municia cada uma das guerras que deflagram, promovendo sempre a ascensão aos extremos, porque o que é próprio do extremo é extremar-se, materializar-se por completo. Significa isto que uma guerra alimentada no essencial pelas suas próprias fontes perfaz um estado politicamente incontrolável, até para um poder soberano. Dito de outro modo: tendo a guerra sua própria gramática, a sua própria consistência interna, ou para dizê-lo com maior propriedade, o seu próprio motor de corrosão, de dissimetrias abismais, de desagregação, há nela um núcleo que nunca se rende, nem à mão-de-ferro do soberano. Infelizmente, é esse núcleo que lhe dá vida, que abala todos os alicerces da normalidade, inclusive dessa temível "normalidade" em forma de suspensão característica da lógica soberana. Por mais que seja controlada, a guerra comporta em si esse caos que constantemente elide a ordem e se desenfia, inclusive da discricionariedade soberana. Deixá-lo à solta é arriscar a perdição, e é verdade que a lógica soberana criou condições, mais que nenhum outro aparato político, para que a guerra se aproximasse da ascensão aos extremos, como bem viu Clausewitz³.

² Acerca das características do estado de excepção, tal como as apresentamos, somos devedores de Agamben (Agamben, 2006: 105-106).

³ (Clausewitz, 1986: livro VIII, cap.IIIB, 593 e livro VIII, cap.VIB, 606), respectivamente, para a constatação de que no período napoleónico a guerra se aproxima da ascensão aos extremos, da sua forma absoluta conspicuamente libertada, mediante actos soberanos, e para a ideia de que uma política poderosa, e a política soberana é-o, Clausewitz está consciente disso, pode ajudar a libertar a guerra absoluta dos freios fenoménicos que geralmente a aperram.



2. Anarquia Internacional como Estado de Guerra: a impossibilidade da guerra permanente num mundo pejado de soberanias

Importa agora debruçar-nos sobre o conceito de anarquia internacional, indo de imediato à linha definidora que subjaz à estrutura do pensamento realista, aquela que caucionou a imagem de anarquia internacional. Ora, a nosso ver, o mais consequente dos pensadores realistas sobre o tema é Kenneth Waltz, porque é aquele que verdadeiramente coloca o problema de forma franca, embora de maneira mais ou menos tácita, em todos os outros internacionalistas de pender realista se possa depreender o sentido que está claro na sua formulação:

"among men as among states, anarchy, or the absence of government, is associated with occurrence of violence" (Waltz, 1979: 102).

Quer então dizer que o conceito de anarquia (no senso de desordem) pressupõe uma unidade inextricável com o conceito de guerra. Obviamente, não há sequer um único internacionalista afim ao conceito de anarquia internacional a interpretar a anarquia internacional como um permanente e generalizado estado fáctico de guerra ou de desordem. A guerra não tem, na vida internacional corrente, um carácter de necessidade fáctica. O conceito de anarquia internacional significa antes que, em última análise, cada actor internacional não pode depender senão das suas capacidades impositivas, do seu poder sem mais. Ou seja, mesmo não havendo guerra nem desordem efectiva (fenomenologia), esta pende permanentemente sobre os actores, mais que como possibilidade, como a razão de ser última (ontologia) do seu comportamento. Daí poder afirmar-se ser a anarquia um estado de desordem inapelavelmente ligado à violência bélica, o mesmo é dizer, que o sentido ou (*des*)-sentido da violência fundamenta a política internacional, é o seu pano de fundo, a sua seiva ontológica, a sua alma nutriz. Em suma, o estado de guerra é ontologicamente patente e, por vezes, também fenomenologicamente efectivo.

A distinção é franca e Hobbes já percebera muito bem no *Leviatã* quando afirma que

"a guerra não consiste apenas na batalha, ou no acto de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida.[...] a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário. Todo o tempo restante é de paz. Portanto, tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo o homem é inimigo de todo o homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida pela sua própria força e pela sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois o seu fruto é



incerto,; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso de mercadorias[...]”,

e por aí fora, continua Hobbes. Curiosamente, argui pouco depois que, embora os soberanos vivam em constante rivalidade, de armas assestadas, quais gladiadores vigiando-se mutuamente, o que para ele constitui uma atitude de guerra, conclui, no entanto, que

“como através disso protegem a indústria dos seus súbditos, daí não vem como consequência aquela miséria que acompanha a liberdade dos indivíduos isolados” (Hobbes, 2002: cap.XIII, 111-112).

Aquilo para que Hobbes nos está a chamar a atenção é que a atitude dos soberanos configura uma predisposição estrutural para a guerra, mas não mais do que isso (o que já não é pouco, saliente-se), porque se fosse mais do que isso, nem sequer indústria haveria para proteger, tudo se resumiria à indigência que acima o próprio descreveu. Bastava somente a esta precisa argumentação de Hobbes para confutar qualquer tentativa apressada de firmar no filósofo inglês a ideia de anarquia internacional. Contudo, isso já são contas de outro rosário⁴.

Porém, se a anarquia internacional concerne a um estado endémico de violência bélica, temos um verdadeiro problema de incompatibilidade de raiz para encarar. Um estado de guerra estrutural relativo tanto à pré-compreensão como à compreensão ontológicas dos actores políticos do seu próprio ser não é de todo compatível com a vigência do modo de ser ordenador da soberania. O problema não está na passagem de *hostis* a *inimicus*, porque o soberano franqueia com facilidade as portas. O grau qualitativo com que os adversários se encaram não é a este propósito decisivo, porque os soberanos, fruto da sua necessidade ordenadora, mesmo só brigando sob determinados eixos, podem muito bem diabolizar o oponente, mesmo que essa escolha seja mais arriscada, porquanto facilita (não implica necessariamente) a ascensão aos extremos e o possível governo da guerra. O problema reside na extensão da desordem, ou na sua “estabilização” nuclear, precisamente no governo da guerra como pano de fundo, enquanto princípio ontológico que balize os comportamentos e na qualidade de princípio epistemológico de explicação dos mesmos, pois isso sim seria a morte do soberano, porque, por definição, o que se subtrai à ordem escapa à suserania do poder absoluto de dar e quebrar a lei. O estado de guerra tornado regra liquidaria as pretensões soberanas. Se o fundo operativo das relações internacionais fosse a guerra a soberania nunca teria existido, e como a soberania existe e os racionais soberanos ainda são dominantes, o estado de guerra não pode ser determinante. O lorde protector de Hobbes não protegeria nada, o leviatã não seria tal, o que parece uma contradição nos termos, já que é aos soberanos que se fica a dever essa predisposição (normalizada) para a guerra, dado o enorme potencial de conflito gerado pela presença contígua de poderes por natureza excludentes. Além do mais, não se trata somente da

⁴ A confutação da escora da ideia de anarquia internacional em Hobbes, bem como uma crítica radical aos fundamentos do conceito de anarquia internacional pode ler-se em (Fernandes, 2012).



consistência lógica do ser da soberania ser afectada radicalmente pelos abismos entrópicos da guerra em si feitos motor da política internacional, mas da realidade primeiríssima da sororidade, incontornável até para os soberanos, o ficar igualmente, como se procurou mostrar noutra lugar (Fernandes, 2012: 93-97). Onde grassam os soberanos a anarquia pura e simples não faz sentido, a guerra não é a palavra primeira, apenas a sua possibilidade o é. Contudo, como estamos a falar do domínio ontológico e não apenas fenomenológico, a diferença entre a eventualidade de ser e o registo de ser é abissal.

Dito de outra forma, atendo à secularização da guerra de que já fizemos menção. Se a guerra fosse fundo ontológico permanente, não apenas ninguém aguentaria um tal estado de coisas por muito tempo, mas sobretudo seria remitificada, ressacralizada como potência demoníaca, e, desse modo, posta fora do alcance do soberano, que é, na melhor das hipóteses, um deus mortal, para parafrasear Hobbes – referimo-nos à figura da soberania e não só à condição mortal de cada homem que a encarna. Pior, como a soberania já tinha destruído antes a dicotomia ontológica entre a paz e a guerra, esta presença sacral, incontrolada, da guerra far-se-ia sentir agora muito mais próxima da vida comum, e, por consequência, ainda menos manejável e monitorizável pelo homem, com inclusão da máxima figura de poder que este entretanto criara, a soberania, tão absoluta quanto o absoluto que é permitido ao homem alcançar nos limites do pensável do seu ser criatural.

Com a modernidade a guerra passou a pender, por dentro, sobre a cabeça dos homens, como permanente possibilidade, e por isso se tornou tão fácil acionar o mecanismo de abertura da Caixa de Pandora. Mas não como permanente força de ser, passiva ou activa, porque o ser em potência também é ser. Se a guerra fosse essa permanente força de ser, implicaria revalorizar em alta a guerra absoluta, isto é, pôr a guerra a ditar as regras, tornar a política a continuação da guerra por outros meios, o que, como é sabido, nunca se verificou. Embora, na aparência, nada obste a que se possa vir a verificar⁵.

Seja como for, basta haver soberania enraizada para a conjugação de um estado de anarquia internacional com essa mesma soberania ser um oxímoro. Quando se julgaria precisamente o contrário: a dinâmica soberana teria catalisado a anarquia. Maior erro de análise não existe, mas também não é este o lugar para buscar as razões do erro.

3. Política e Estratégia nas Duas Primeiras Guerras Mundiais: a ausência de anarquia

Afinal, como servem as duas conflagrações mundiais de comprovação do nosso argumento, quando aparentemente até nos deveríamos livrar delas como escolhos pontuais?

Uma primeira resposta não é difícil. A guerra foi feita por soberanos e estes continuaram a existir, logo não há lugar sustentado para anarquia – no caso vertente pouco importa a configuração concreta que a soberania foi tomando desde do dealbar

⁵ Em bom rigor, temos dúvidas face a certas prevenções antropológicas em fundo metafísico. Todavia, não é este o lugar para as desenvolver.



da Idade Moderna até hoje⁶. Todavia, poder-se-ia contrapor que durante a guerra talvez os soberanos tivessem perdido o controlo e posteriormente o reganhassem. Coisa estranha, dada a virulência das duas guerras e as alterações históricas ocorridas por via delas. De qualquer maneira não seguiremos por essa senda, antes introduzindo um elemento adicional.

O primeiro conflito mundial vê erguer-se com pujança um intermediário, de que ainda não falámos, na divisão social do trabalho político, integrada que foi a guerra na arquitectura da política: referimo-nos à estratégia.

Antes de continuar, e tal como para os conceitos de guerra e de anarquia internacional, não desenvolveremos aqui os pressupostos justificatórios da definição de estratégia que apresentaremos de seguida. Tomamos a liberdade de registar uma definição branda, o mesmo é dizer, consensual e de acordo com os melhores cânones clássicos da teoria da estratégia desde há 50 anos, no mundo continental, aquele onde a disciplina tem sido cultivada sem as insuficiências que a caracterizam no mundo anglo-saxónico. Assim, podemos definir a estratégia como a sabedoria prática desenvolvida pelos actores políticos, com expressão colectiva, a fim de preparem e conduzirem a conflitualidade hostil uns face aos outros.

Pois bem, retomando o evolover, quando se desencadeia a Grande Guerra, embora a estratégia continue a ser, no essencial, estratégia militar (e irá continuar a sê-lo até ao fim da Segunda Guerra Mundial)⁷, e apesar de se notar já o desabrochar dos alicerces para outras estratégias, então recolhidos no conceito em voga, o de defesa, uma espécie de albergue espanhol que acolhe tudo o que ainda não possui um lugar conceptual preciso, o certo é que, fruto das novas condições da guerra industrial e da noção de nação em guerra, se percebe que à estratégia não é possível acantoná-la mais enquanto conduta operativa da guerra, de alguma forma nesta imersa. À estratégia é requerida a preparação do conflito e o vislumbrar objectivos de saída dele. Na prática, a topologização horizontal da estratégia em relação à política e à tática, isto é a sua diferenciação das mesmas pela natureza social das acções e dos protagonistas, tende a ser substituída por um critério vertical, em que o que interessa

⁶ Se atentarmos à importante obra de Christopher Clark sobre as origens da Grande Guerra, facilmente se pode depreender que, embora nos anos imediatamente antecedentes à conflagração houvesse cada vez mais vozes disponíveis para aceitar uma possível guerra, a concebê-la como uma certeza imposta pela índole das relações internacionais, que poderia até ser terapêutica, (279-281), distava de ser geral a ideia de que a cena internacional era no essencial e em si mesma uma arena. Era sim um terreiro de possível confrontação, fruto do choque de interesses das soberanias e das lutas pelo poder em que estas se implicavam (Clark, 2013: 237-239). O que obviamente aponta para as lógicas soberanas, no limite, para o frenesim sempre discolor da cinética soberana (difícil de controlar até para os próprios soberanos que iniciam o movimento, como se pôde verificar com o desenlace da Grande Guerra), e não para o vazio soberano e da sua peculiar ordem.

⁷ Na verdade, para utilizar uma metáfora cara ao fundador da escola estratégica portuguesa, Abel Cabral Couto, o último dos grandes mestres clássicos da estratégia ainda, felizmente, vivo e em ebulição conceptual, a Grande Guerra lança as primícias decisivas para a passagem de uma estratégia ainda aperrada em exclusivo à servidão militar, a estratégia como recital de um instrumento a solo, nas palavras do Mestre, para uma estratégia em que o instrumento particular ainda é determinante, mas que está já envolvido por todo um conjunto de dimensões de apoio, mobilizadas entretanto, e que serão o embrião das futuras estratégias económica, diplomática (talvez esta seja logo, muito precocemente, a primeira a despontar), ideológica, cultural, comunicacional, entre outras possíveis. É a estratégia como concerto para um determinado instrumento. A versão a que chegámos, como é sabido, é a da estratégia integral, onde se procura que os diversos naipes de instrumentos, as diversas estratégias gerais, promovam harmoniosamente a manobra conjunta. Trata-se da estratégia na sua versão sinfónica, no dizer de Abel Cabral Couto. Naturalmente que se na música não se deve colocar esta tríade em termos de progresso qualitativo, já na estratégia sim. Resta acrescentar que ao desenvolvimento de diversas formas de estratégia que não só a militar, correspondeu igual desenvolvimento de diversas modalidades de guerra que não só a luta armada.



já não é tanto o que se faz adentro e imerso no conflito mas a relação do agir com o poder político director e as consequências integrais da acção. Significa isto que as racionalidades sociais estratégicas - a conduta específica de uma dada sociedade face ao conflito hostil), que pela sua natureza excepcional, gera fins intermédios próprios em correlação com os fins políticos directores - ganham uma espessura que até aí não tinham tido.

Qual é a importância deste facto? A resposta não é difícil de antever, pelo menos para os estrategistas. É que as conflagrações bélicas do tipo das duas guerras mundiais tendem a inverter a pirâmide estratégica, a subordinar, ou, pelo menos, a reduzir os objectivos políticos àqueles que têm a ver com a hostilidade e caem debaixo da alçada da estratégia. É uma situação negativa, que põe em causa o próprio cerne da estratégia, a assunção prudente (no sentido dianoético) do conflito, e que a estratégia tenta contrapor como pode, retroagindo sobre uma dinâmica mais violenta da própria política, para evitar a delapidação desbragada de recursos humanos e materiais, mas nem sempre o conseguindo com êxito. De qualquer forma, para os nossos propósitos, o essencial está em assinalar que nessas ocasiões, que não são meramente pontuais tanto na Grande Guerra como na Segunda Guerra Mundial, não é a política que claudica face à guerra, antes é a política que claudica, ou melhor, se estreita à gestão da violência. Gestão essa que, mesmo ao percutir as membranas mais violentas da estratégia, fazendo da estratégia uma função sobre-estratégica, está longe, e este ponto é decisivo, de ser a violência desalmada que configura o olho da guerra. Pelo contrário, e embora a prudência estratégica seja aí transfigurada em mero cálculo malicioso para apurar capacidades de infligir danos ao adversário, correndo o risco de incrementar a violência até ao descontrolo, desvirtuando a própria natureza da estratégia, que é o apaziguar do conflito, o contrafogo por dentro do incêndio, ainda assim, nessa gestão (senão não era gestão), continua presente um ir ao leme, uma ponderação materializada, um não estar desfeito pela procela da violência, mesmo nos casos mais extremos de afunilamento político, de inversão da pirâmide, de subordinação da política à estratégia.

Por que razão assim é? Por que é que a estratégia, dominante, quer dizer, em processo ultimamente autofágico - já que o que torna estratégica a estratégia é assumir o seu lugar piramidal enquanto disciplina de fins intermédios, o querer-se enquadrada pela política num espaço organizado em torno de um controlo firme da violência - pura e simplesmente não atea o fogo que resta atear? Porque a natureza visceral da estratégia, mesmo quando era apenas conduta da guerra, foi sempre a de ser esse contraponto personalista ao descambar da violência, mais do que isso, quinta-coluna no seio do inaudito para tentar ajudar a apagar de vez todas as íferas chamas, criar condições para uma paz definitiva.

Restam, não obstante, duas objecções. A primeira, tem a ver com o desenvolvimento do conceito de guerra total e a sua aplicação prática. Todavia, o conceito de guerra total, introduzido pelo político e jornalista francês Léon Daudet, em 1918⁸, e depois substancialmente desenvolvido e popularizado pelo general alemão Erich Ludendorff, em 1935, na sua obra *A Guerra Total*, não é, como poderia parecer à partida a caução de uma guerra de extermínio, de uma guerra sem quartel, levando a guerra até às

⁸ Daudet define a guerra total como a "extensão da luta nas fases mais agudas e crónicas aos domínios político, económico, comercial, industrial, intelectual, jurídico e financeiro. Não são só os exércitos que se batem, são as tradições, costumes, códigos, espíritos e sobretudo os bancos" (Daudet, 1918: 8).



últimas consequências. A obra de Ludendorff não vai nesse sentido, pelo contrário, a guerra total, pressupondo uma política total, onde o político deve ceder ao comandante-em-chefe, deve ser o comandante-em-chefe, submetendo, por conseguinte, a política à estratégia, exactamente por ser totalizante nos meios e no empenho, exige que seja fortemente controlada. As operações devem cessar rapidamente após a realização possível do objectivo para evitar a desagregação interna da sociedade. (Ludendorff, 1941, 36, 113, 233 e ss)⁹.

Na realidade, o conceito de guerra total é a expressão histórica de uma era que se abre com o fim da Grande Guerra e cessa com o culminar da Segunda Guerra Mundial, dominado pela ideia da utilização de todas as formas de luta, simultaneamente e com a máxima intensidade, e caracterizando-se ainda pela redução da política aos objectivos de hostilidade, aqueles que caem debaixo da alçada da estratégia, se não mesmo pela subordinação da política à estratégia (que não à guerra) em razão da auto-neutralização prudencial desta; ou melhor, transformando o seu registo dianoético, em mero calculismo, manha, sofisticada ponderação arteira, ainda que nunca expulsando de si, apesar da deriva, o senso primeiro de contenção.

Na prática, verificou-se que a inversão da pirâmide não era só uma possibilidade séria, mas foi um facto histórico. É certo que, em teoria, o estreitamento da política aos objectivos políticos de hostilidade pode ainda configurar uma situação de sobredeterminação política em relação à estratégia, reduzindo a síntese política a esses objectivos, ou tornando-os ancilares para a definição de conjunto do que se quer ser enquanto actor político. Todavia, não deixa de ser verdade que esse estreitamento da política tende a acicatar a estratégia, ao concentrar a sua força no espaço que é por excelência o desta, com isso deformando a lógica prudencial do exercício estratégico. A estratégia vê-se assim levada a limitar radicalmente a sua função prudencial e a alcandorar-se ao ponto da política se confundir com ela, e de se enfeudar a ela, pois os âmbitos parecem sobrepor-se, e nessa caso a estratégia parece tecnicamente mais talhada para a tarefa, com as consequências atrás mencionadas. Escusado será dizer que no concreto histórico rapidamente se passou à solução mais fácil, a do enquistamento da estratégia¹⁰.

⁹ Jean-Ives Guimar, historiador francês da guerra total, na obra atrás citada, acredita que a emergência da guerra total se deu com as guerras levadas a cabo pela França revolucionária, embora reconheça que essa mesma guerra total não se plasma na íntegra senão no século XX (Guimar, 2004: 25, 102-105, 120, 151). Todavia, parece-nos que o historiador francês sobrepõe várias vezes guerra total e guerra absoluta. Ainda que afirme (Idem: 302) que não pretende resolver a questão - para ele uma questão em aberto - de saber se o conceito de guerra total designa a mesma coisa que o conceito de guerra absoluta. Na verdade, o autor defende (Idem: 19-20) que a guerra total é uma guerra que não pode ser parada nem interrompida por quem a declara, alargando-se constantemente no espaço e estendendo-se incessantemente no tempo. Todavia, essa é uma característica mais consonante com a guerra absoluta, isto é, a guerra obedecendo no essencial à sua gramática específica, que propriamente com a guerra total.

¹⁰ Na realidade, a estratégia não é mera disciplina técnica, instrumento, ferramenta. O abaixamento da política e consequente elevação da estratégia, acabando ambas por coincidir, optando-se então pela preponderância estratégica não é fruto de um juízo neutro, antes diz respeito à razão instrumental. Sendo da responsabilidade da política, a estratégia não se limitou a um papel passivo. Não só a estratégia veio a ganhar um protagonismo retroactivo muito forte sobre a política, no sentido de a moderar, a partir dos começos da era nuclear, logo quando estava mais enquadrada superiormente em termos políticos, como tendeu a monopolizar a política na era da guerra total, quando ainda comportava uma dose instrumental ainda muito significativa. A óbvia contradição tem de ter outra resolução. Aquilo que aconteceu foi que a política e a guerra percutiram na estratégia as suas membranas mais violentas, e estando como estava a estratégia ainda a caminho de um critério vertical de topologização que a colocava mais próxima da política, mas sem ter perdido ainda o seu rasto táctico, optou por neutralizar-se (era também mais simples e mais corrente fazê-lo de acordo com o seu enquadramento topológico tradicional) e dessa maneira responder à



A segunda objecção parece de maior vulto. Porque não obstante aquilo que dissemos, não é menos verdade que certas passagens dos dois conflitos mundiais pronunciam, ou realizam mesmo um ir além da inversão piramidal, um mergulho em cheio da política e da estratégia na guerra, um ir de si da guerra. A hecatombe alsaciana de Verdun na Grande Guerra, ou muitos dos episódios (provavelmente mais do que isso) na Frente Oriental, na Segunda Guerra, para já não falar dos genocídios, apontam nesse sentido. Parece-nos inegável. E então? A única lição que podemos extrair do sucedido é o reconhecimento de quão fácil é hoje ascender aos extremos. Porque, por contraste, o que se constata é a diferença entre esses tramos da guerra e os restantes, e, por maioria de razão, a diferença face aos outros tramos da história, em que a guerra é fenomenologicamente latente, mas em que seria suposto estarmos ontologicamente em estado de guerra. Se a guerra fosse ontologicamente activa, a situação normal assemelhar-se-ia mais a esses momentos negros que ao resto; ou melhor, ao fim de tanto tempo já não se assemelharia a nada.

4. A Anarquia Internacional: uma imagem fora-de-jogo

Por fim, a Guerra Fria. Neste caso seria melhor nem sequer tentar objectar por aí. A Guerra Fria corresponde à idade adulta da estratégia como disciplina de fins intermédios e incompletos, a completar na síntese política superior. Preparada, portanto, como nunca, para uma perfeita (ou quase) coabitação com a política, debaixo da ameaça nuclear, a primeira ameaça a poder verdadeiramente concretizar num ápice o *armageddon*. O advento da arma nuclear e o surgimento das doutrinas subversivas e de contra-subversão alcandoram a estratégia a uma nova época, aquela em que nós estrategicamente ainda vivemos.

O advento da era atómica, ou mais propriamente, o surgimento das armas termonucleares e a corrida aos armamentos, tornou claro que somente a dissuasão poderia evitar a catástrofe. O estilo estratégico directo não era remunerador. Doravante já não se podia canalizar o esforço bélico e estratégico para o militar, as outras estratégias adquiriam assim a autonomia desejada. O que seria um patamar mais na escalada, de acordo com a prática da guerra total, torna-se uma oportunidade de a travar, de escolher judiciosamente e prudentemente as melhores estratégias. Poderia a estratégia fazê-lo se não fosse intrinsecamente portadora de fins específicos? Se é verdade que só com o surgimento do nuclear, e depois com a possibilidade de guerra intestina, através da guerra de subversão, implicando a necessidade de maior coordenação entre a estratégia e a política e mesmo a subordinação completa daquela à política, é permitido à estratégia, enquanto estratégia integral, evidenciar na íntegra as suas capacidades prudenciais, não é menos verdade que a escalada possível de patamares de violência, oferecida pelas novas modalidades de guerra, só não levou à

violência dessas suas membranas mais intratáveis com uma saída fortemente instrumental, cega e mecânica. No fundo, assistiu-se à estratégia a neutralizar-se a si mesma enquanto razão instrumental, invadindo de forma aparentemente neutra outras áreas que nada tinham a ver com a hostilidade. Ou seria alguma vez plausível pensar que essa neutralização de fins e a inversão da relação piramidal entre a política e a estratégia, afim de um fascínio epocal, ideológico, pela razão técnica, ocorreria se a estratégia fosse de cabo a rabo, e desde sempre, uma disciplina instrumental sem mais? Como? Se a inversão piramidal foi mais tarde revertida, curiosamente quando a estratégia se torna mais robusta e retoma o seu fio condutor finalista, e se essa mesma inversão própria da era da guerra total, por sua vez já inverte um anterior contexto (aquele que desemboca na Grande Guerra) em que a estratégia está menos solta mas também a política soberana é ainda menos incisiva do que veio a ser?



guerra absoluta, porque a estratégia fez valer os seus recursos prudenciais. E não devemos olvidar que, com toda a probabilidade, estaria em causa a guerra absoluta na sua plenitude, avocada à libertação integral da sua *húbris* destruidora. Aquele estado em que se a guerra fosse senhora não precisaria de tanto tempo assim para revolver as entranhas da terra, o que sempre traz transtornos, porque homens se podem cansar de tanto frenesim.

Mas não continuamos nós vivos? A pergunta é naturalmente a própria resposta.

Onde a política e, acima de tudo, no campo da hostilidade, a estratégia, vicejam, não pode a guerra por si, a guerra entregue a si mesma, a anarquia internacional vicejar. O esforço morigerador daquelas, se é efectivo, compromete a anarquia, porque a guerra, por sua conta, tende ao solipsismo, a marchar em direcção ao nada. Contudo, nem a política nem a estratégia, só por si, têm força para esvair a caótica bélica, para isso é preciso uma outra razão, uma *metánoia* oriunda dos lados da paz pura, que, aliás, insufla a estratégia no seu percurso. Porém, se virmos bem, já só essa insuficiência da estratégia e da política dizem muito da impossibilidade de uma anarquia internacional, de um estado de guerra ontologicamente materializado. É insuficiente aquele que não é suficientemente capaz, que não é capaz só por si. Mas porventura ainda estaríamos a falar de capacidade se a guerra reinasse, ou estaríamos tão-só acabrunhados, movidos apenas pela mesma (hipotética) sussurrante esperança que preside ao final da narração trágica de *A Estrada*, de Cormac McCarthy:

“nos fundos vales onde as trutas viviam, todas as coisas eram mais antigas de que o homem e nelas ressoava um mistério”?
(McCarthy, 2007: 187).

Varrida - não se sabe como, até porque não estamos a falar de um acidente ocorrido, ou de um efeito absolutamente inesperado resultante de uma qualquer guerra - a indestrutível e primacial inclinação para o bem. E se a coisa fosse ainda mais obscura, não estaríamos, se é que estaríamos, tão-somente pendentes do mais seródio milagreiro?

Felizmente não estamos. Então por que razão nos quererão levar ao absurdo os proponentes da tese da anarquia internacional?

Referências bibliográficas

- Agamben, Giorgio (2006). *El Tiempo que Resta. Comentario a la Carta a los Romanos* [trad. espanhola]. Madrid: Trotta.
- Clark, Christopher (2013). *Sleepwalkers. How Europe went to war in 1914*. New York: Harper Collins.
- Clausewitz, Carl von (1986). *On War* [trad. em inglês]. Princeton: Princeton University Press.
- Couto, Abel Cabral (1989). *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um curso, Vol. I*. [Lisboa]: IAEM.



Daudet, Léon (1918). *La Guerre Totale*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale.

Fernandes, António Horta (2012). "A Anarquia Internacional: crítica de um mito realista". *Relações Internacionais*, nº36, pp.87-104.

Guiomar, Jean-Yves (2004). *L'Invention de la Guerre Totale. XVIII- XX siècle*. Paris: Félin.

Hobbes, Thomas (2002). *Leviatã*, 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Ludendorff, Erich (1941). *A Guerra Total*. Rio de Janeiro: Editorial Inquérito.

McCarthy, Cormac (2007). *A Estrada*. Lisboa: Relógio d'Água.

Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. Reading, Mass.: Addison – Wesley.